A COMUNICAÇÃO E DEMOCRACIA NA IMPLANTAÇÃO DE HIDRELÉTRICAS

Carlos Locatelli

Resumo

Trata do poder da comunicação na implantação de projetos originados nas políticas públicas de energia, com elevado impacto socioambiental, colocados pelo Estado à sociedade na condição de interesse público. Constitui o objeto os processos de comunicação vinculados à Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó, no Rio Uruguai (SC/RS – Brasil). A reflexão teórica assenta-se na teoria da esfera pública e nas tensões entre comunicação pública e estratégica, com abordagem qualitativa e análise crítica de discurso. A identificação das organizações que participaram dos contenciosos revelou uma extensa e complexa rede, mas concentrada em torno do concessionário. O trabalho concluiu que a comunicação é elemento central e constitutivo das negociações sobre o espaço e fator estratégico nas relações entre as organizações do Estado, do mercado e da sociedade civil.

Palavras-chave: Comunicação; Democracia; Barragens; Usina Foz do Chapecó.

Abstract

The research is about the power of communication towards the implementation of projects derived from public policies, with a high socio-environmental impact, set by the government for society in the condition of public interest. The object is the communication process linked to the Hydroelectric Power Plant Foz do Chapecó, on Uruguay River (SC/RS – Brazil). The theoretical aspect is based on the importance given to communication by the theory of public sphere, with a qualitative approach and critical analysis of speech. Identifying the organizations that took part in the contentious process has revealed an extensive and complex network, but only a few, such as concessionary enterprise. The conclusion of this work was that communication is a central and constitutive element of negotiations regarding the space and a strategic factor on the relations between governmental, market and civil society organizations.

Keywords: Communication; Democracy; Dams; Foz do Chapecó Hydroelectric Power Plant.

Introdução

Este artigo reflete parte dos resultados de uma pesquisa¹ sobre o poder da comunicação produzida por organizações que se envolvem em contenciosos durante a implantação de projetos de elevado impacto socioambiental, que implicam na remoção de pessoas de seus territórios, gestados no âmbito das políticas públicas e colocados pelo Estado à sociedade na condição de interesse público. O objetivo da pesquisa é

¹ Ver Locatelli (2011).

investigar esses processos durante a fase de implantação de grandes hidrelétricas no Brasil, atendo-se particularmente no caso da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó, implantada entre novembro de 2006 e outubro de 2010, no Rio Uruguai, entre as regiões Oeste de Santa Catarina e Noroeste do Rio Grande do Sul².

Compreender o que se está denominando de “poder da comunicação” implica na tipificação dessa comunicação (estratégias, planos, modalidades e produtos de comunicação midiática)³, especialmente em termos de finalidade, ou seja, vinculada aos interesses públicos e privados, estratégias e ações dos atores envolvidos, e de conteúdo, em um intervalo que vai da omissão à informação e participação esclarecida dos cidadãos a respeito dos temas em disputa. Entende-se que o discurso na comunicação pode revelar o papel da comunicação desde que sua análise não se restrinja à dimensão textual e considere, entre outros pontos, as condições de produção e interrelação e as circunstâncias sociais que os pré-estruturam.

A hipótese é de que na medida em que se alarga a democracia, a comunicação deixa de ser corolária ou exógena ao processo de implantação de grandes obras como as hidrelétricas e torna-se instrumento central e decisivo para reduzir a possibilidade e a intensidade dos conflitos com as populações locais e se obter algum grau de consenso nas disputas entre os atores do Estado, do mercado e da sociedade civil que, simultaneamente, se enquadrem nas disposições legais vigentes, legitimem as decisões políticas e administrativas e permitam a execução da obra nos prazos e custos previstos nos contratos acordados entre o governo federal e o concessionário, bem como contemplem em alguma medida as demandas dos atingidos, das comunidades, das organizações da sociedade civil, das prefeituras, do mercado local e dos demais atores envolvidos.

Quanto aos métodos e procedimentos do trabalho, optou-se por um estudo de caso como forma de abordar um objeto que se mostrou amplo e entremeado por complexas relações, a análise crítica de discurso para trabalhar a comunicação ao nível do texto e das práticas discursivas e sociais e o uso de categorias analíticas que permitam perceber nessa análise as matrizes cognitivas utilizadas e o grau de visibilidade, discutibilidade e *accountability*⁴ presentes na comunicação das

² A concessão pública de Foz do Chapecó pertence ao Consórcio Foz do Chapecó Energia (FCE), formado pela CPFL (51%), a estatal Furnas (40%) e a CEEE-GT (9%). O projeto integrou o primeiro Programa de Aceleração do Crescimento (PAC I) do governo Lula, com investimentos de cerca de R\$ 2 bilhões, 70% financiados pelo BNDES. A obra atingiu diretamente 2.503 famílias, segundo a FCE. O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) contabiliza outras 300 famílias não reconhecidas pelos critérios de enquadramento adotados pela FCE, embora esses critérios tenham sido referendados pelos Comitês Municipais de Negociação.

³ Por questões metodológicas, a pesquisa aborda apenas a comunicação midiática produzida pelas organizações e pela imprensa, não trabalhando a comunicação interpessoal, embora evidentemente reconheça sua importância.

⁴ O conceito de *accountability* é trabalhado aqui na perspectiva de prestação de contas e de responsabilização sobre os atos públicos, sendo *accountability* horizontal quando um conjunto

organizações e da mídia.

Na análise dos discursos dos produtos de comunicação organizacional e da produção jornalística a investigação acolheu a proposta crítica de Fairclough (2008), que estuda as influências das relações de poder no conteúdo e na estrutura dos textos, adotando um sentido socioteórico de discurso enquanto texto e inter-relação. Isso resulta em um conceito de discurso e análise de discurso “tridimensional”, uma vez que, para o autor, um evento discursivo é, ao mesmo tempo, texto, prática discursiva e prática social. Especificamente a dimensão textual procura identificar argumentos e enquadramentos acionados por cada ator em sua comunicação e que matriz cognitiva acabam por criar ou reproduzir⁵.

O *corpus* que referencia a pesquisa e as conclusões apresentadas neste artigo contemplou documentos sobre o projeto, materiais de comunicação organizacional⁶, materiais publicados pela mídia⁷ e entrevistas⁸.

Barragens e comunicação

Embora dezenas de usinas de todos os portes tenham sido construídas no Brasil desde a implantação em 1994 do que ficou conhecido como “novo marco regulatório do setor elétrico”, a temática das barragens só retornou recentemente e com força à cena pública – embora já tivesse retomado seu espaço no campo científico – face ao debate sobre a implantação de grandes barragens na Bacia Amazônica, entre elas Jirau e Santo Antonio, no Rio Madeira, e especialmente a Usina Belo Monte, no Rio Xingu.

de agentes prestam explicações a outros agentes políticos e vertical ou societal quando é feita diretamente à sociedade civil.

⁵ Acolhe-se aqui a síntese teórica trabalhada por Maia (2009, p. 307-308), que, dialogando com autores como Todd Gitlin, André Modigliani e William Gamson, entende os enquadramentos como “princípios organizadores” ou “esquemas interpretativos mais gerais”, enquanto “processos de estruturação de sentidos baseados na cultura, através de práticas e relações com a sociedade”. Neste trabalho está se denominando de matriz cognitiva do discurso de cada ator conjuntos de argumentos e enquadramentos agregados e homogêneos, tomadas como categorias para caracterizar a comunicação de cada um.

⁶ Material de comunicação produzido pelo (a) Estado: Relises (20) *websites* (1), relatórios (1), artigos de ministros (2), discursos (2), cartilha (1); (b) Concessionário (Foz do Chapecó Energia): Relises (13 de 210 catalogados), programas de rádio pagos (16), colunas pagas em jornais (5), notas pagas em jornais (2), jornais próprios (4), cartazes (4), manuais e guias de orientação (4), *website* (1), histórias em quadrinhos (1), atas e memórias de reuniões (3), apresentações eletrônicas (1), bancos de dados (1); (c) Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB): Relises (11), programas de rádio (13), *website* (1), apresentações eletrônicas (1), cartazes e folder (3).

⁷ Material publicado por (a) Jornais: Matérias catalogadas – 2002 e 2010 (332) e matérias analisadas/amostra (41); (b) Televisão: Matérias analisadas/amostra (41).

⁸ No total, foram realizadas 37 entrevistas com representantes da (a) FCE: Diretor (2), gerente socioambiental (2), gerente de obras (1), assistente social (1), jornalista (6), analista de sistemas (1); (b) do MAB: Liderança local (8), liderança regional (2), responsável pela comunicação (3); (c) das Universidades: Pesquisadores vinculados ao PBA (2); (d) com atingidos: 6; (e) Mídia: Editores (2) e jornalistas (4).

Entretanto, para além do caso de Belo Monte, outros 161 empreendimentos na área de energia estão em construção e mais 432 outorgados para estarem prontos até 2015 (BRASIL, 2008). É fato que a maior parte é formada por pequenas centrais hidrelétricas e também é preciso considerar que nesse número há projetos de usinas a óleo, a biomassa e eólicas. Mas seguramente a partir de 2016 a grande investida do governo brasileiro para a aumentar a geração de energia no país está na construção de hidrelétricas.

O Plano Decenal de Expansão de Energia 2011-2020 prevê investimentos de cerca de 100 bilhões de reais na construção de 24 usinas, sendo pelo menos 11 de grande porte, especialmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país (BRASIL, 2011). Uma análise ainda mais ampla, a partir do Plano Nacional de Energia 2030, elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e aprovado em 2009 pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), revela que, na perspectiva estatal, para a economia brasileira crescer em média 3,7% até 2020 e 4,1% até 2030 seria necessário ampliar em 50% (53.700 MW) o parque gerador que havia em 2009. Se efetivado, o plano implicará na remoção de até 100 mil famílias das áreas atingidas (BRASIL, 2008; IPEA, 2010) e interferências em 156 áreas indígenas (KOIFMAN, 2001).

Nessas decisões é preciso considerar o peso econômico e político que o setor de energia tem no país, respondendo atualmente por aproximadamente 3% do PIB. Muitas das maiores empresas instaladas no Brasil são do setor de energia ou têm vinculação com a área, como as construtoras que agora estão se tornando geradoras (Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Queiroz Galvão, OAS), grandes fabricantes de equipamentos (Siemens, Alstom) e consumidores intensivos de energia (Companhia Brasileira de Alumínio, Vale do Rio Doce, Companhia Siderúrgica Nacional, Gerdau, BHPbiliton). Elas participam de uma imensa rede de empresas estatais e privadas de capital nacional e multinacional que controlam a geração (CPFL, Tractebel Energia, Endesa, Furnas, RGE, Duke Energy, Cemig, Light, Eletropaulo), a transmissão e a construção e suas áreas afins têm grande influência política sobre os partidos políticos, o Executivo federal (sobretudo o MME), o Congresso Nacional e os governos estaduais, sendo essa articulação privado-estatal “uma aliança pouco conhecida entre o Palácio do Planalto, o grupo de lobistas do ex-presidente Sarney e o grande capital barrageiro internacional [...]” (SEVÁ FILHO, 2009, p. 129).

Nesse cenário, muitas questões permanecem em aberto, numa espécie de limbo dos processos de tomada de decisão em torno das políticas públicas que balizam a questão, entre elas o sentido do próprio desenvolvimento nacional, a escolha da matriz energética e dos pontos hidráulicos a serem aproveitados, a falta de transparência, *accountability* e participação em todas as fases do processo.

Embora Santos (2007) observe que a construção de usinas hidrelétricas tende a ser vista como um “mal menor” que impõe sacrifícios

a “alguns” para que “todos” possam ter “uma vida melhor”, essa ação é efetivamente controversa diante de seus impactos políticos, econômicos, sociais e ambientais. De um lado, alinham-se as vantagens da construção de barragens sobre a disponibilidade de água para consumo e irrigação, saneamento, investimentos em infra-estrutura, organização social, transporte, disponibilidade de energia, pesquisa científica, conservação de áreas naturais correlatas aos projetos, redução de emissões, empregos, possibilidade de inserção social, turismo e desenvolvimento econômico (ABUD e LOPÉS, 2006; BERGA *et. al.*, 2006; BOUBÉE, 2006; CIFRÉS, 2006; TADA e HAGIWARA, 2006; BIROL, 2007; GUO *et. al.*, 2007). De outro, os danos ao meio ambiente, às populações atingidas e, nos últimos anos, à própria economia, quando se consideram de fato todos os custos envolvidos num projeto dessa natureza (ARROJO, 1999; WORLD COMMISSION ON DAMS, 2000; MCCULLY, 2001; KHAGRAM, 2004; BLANC e BONIN, 2008; SANTOS e HERNANDEZ, 2009). E, entre eles, autores que reconhecem a extrema dificuldade de se analisar cientificamente uma matriz de custos-benefícios nesta discussão (KANBUR, 2003).

No Brasil a retomada das construções de barragens no final dos anos 90 estimulou uma significativa contribuição teórica na interface entre os campos da comunicação e da política e indica que em grande medida – e independentemente da localização e do porte do empreendimento e dos avanços democráticos em um plano político mais amplo – persistem os problemas de comunicação e de participação das populações afetadas. Mas do ponto de vista do ciclo de vida desses projetos, de sua temporalidade, a revisão da literatura indicou uma tendência de o recorte predominante concentrar-se sobre o período anterior ao leilão de concessão pública, quando a discussão tem características plebiscitárias (implantar ou não o projeto), ou entre o leilão e a concessão da Licença de Implantação, quando as questões levantadas dizem respeito, sobretudo, ao escopo e às deficiências dos projetos, voltadas à crítica das formas de mitigação e compensação social e ambiental (LOCATELLI, 2009).

De certo modo, os espaços vazios que se observam nos campos normativos, político e acadêmico em torno da fase de construção dos empreendimentos são provocações e justificativas a este trabalho. Embora o leilão de concessão aparentemente marque o fim do debate (a usina será construída, “apesar” dos eventuais problemas sociais e ambientais observados), para os cidadãos atingidos o leilão marca justamente o início da fase mais crítica do processo. Ele indica que de fato a implantação da usina se dará, que o tema sairá da esfera da decisão política, pública e midiática e mergulhará diretamente em suas vidas, transformando-as de maneira inexorável.

Trata-se de um intervalo de espaço-tempo em que profundas transformações ocorrem sobre um território específico em um período delimitado, entre quatro a seis anos, no qual a barragem é efetivamente implantada e, então, os problemas sociais e ambientais se materializam de

diferentes formas e graus e, como tal, podem e tendem a divergir daqueles previstos nos estudos iniciais.

No caso das hidrelétricas brasileiras, a comunicação em torno desses projetos tem uma peculiaridade, decorrente da exigência legal de que o concessionário implante um programa de comunicação que, em tese, antes de atender suas demandas e interesses deve informar a população atingida pelo empreendimento. Em geral incorporado ao Plano Básico Ambiental (PBA) – instrumento que responde às questões levantadas pelo Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) – a não execução do programa de comunicação pode implicar (como no caso dos demais programas ambientais, sociais etc.) no impedimento do empreendedor de obter e manter a Licença de Implantação, inviabilizando ou paralisando a obra a qualquer tempo. Entretanto, a legislação vigente não normatiza o escopo, as modalidades, os instrumentos e o conteúdo dessa comunicação, deixando sua interpretação e estruturação por conta do concessionário, provocando assimetrias significativas entre os atores sociais (LOCATELLI e WEBER, 2011).

Do ponto de vista dos atores envolvidos, as disputas políticas, econômicas e cognitivas em torno da construção de barragens mobilizam distintas organizações, cada uma com natureza, poder, interesses e papel social distintos. Na esfera do Estado, o envolvimento é maior por parte de alguns ministérios (de Minas e Energia, do Meio Ambiente e da Pesca), órgãos federais (Ibama) e o Ministério Público Federal. Na esfera do mercado, destacam-se o concessionário (em geral consórcios privado-estatais) e os grandes fornecedores (empresas nacionais e multinacionais de projeto, obras civis, equipamentos eletromecânicos e “engenharia social” na área do reservatório). E na sociedade civil sobressaem os movimentos sociais (sobretudo o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB) e ONGs (LOCATELLI, 2009).

Considerando-se as especificidades do assunto e o recorte temporal (o tempo da obra), são as organizações diretamente envolvidas nas disputas – e raramente outras fora desse universo – as que detêm as informações que interessam aos cidadãos. E elas têm, em diferentes escalas e por distintos interesses (ou obrigações), estruturas de comunicação potencialmente capazes de tornar públicas essas informações, simultaneamente instrumentalizando os cidadãos e promovendo (ou não) o debate público, quer por intermédio de mecanismos e produtos próprios ou por meio da mídia.

Assim, entende-se que a discussão sobre a natureza e o papel da comunicação percorre necessariamente o debate teórico contemporâneo sobre as tensões entre comunicação das organizações, comunicação pública e comunicação midiática. A revisão específica sobre comunicação e hidrelétricas revelou que essa relação ainda é pouco explorada do ponto de vista da pesquisa. Mesmo relatórios e trabalhos de grande amplitude e visões quase antagônicas sobre barragens como o da World Commission on Dams e o relatório da ICOLD (BERGA *et. al.*, 2006) reservam pouco espaço

para a comunicação e, quando a abordam, tendem a tratá-la em uma perspectiva funcionalista que credita as suas “falhas” os conflitos que ocorrem entre os atores nos processos de implantação dos projetos. No Brasil, observa-se duas fases distintas da pesquisa. Em um primeiro momento, entre os anos 70 e 80, correspondente à “descoberta” da problemática, ligada à expansão do setor elétrico nacional durante o regime militar e seus impactos sobre as populações locais e ao meio ambiente, houve uma significativa contribuição dos campos da sociologia e da antropologia, mas via de regra sem destaque para a comunicação nas abordagens. A partir de meados dos anos 90, consoante a própria retomada dos projetos hidrelétricos, há uma segunda fase da produção científica mais ligada agora às perspectivas teóricas deliberacionistas, da sociedade civil e dos movimentos sociais. Nesse novo movimento a comunicação passa a ser um dos objetos centrais para tratar, sobretudo, de temas como visibilidade, discussão e participação no processo de licenciamento ambiental. (FIGUEIREDO, 2002; FARIA, 2004; MARQUES, 2006; GALHARDO, 2007; CARVALHO, 2007; GUICHENEY, 2008; HASS, ALDANA e AMPOLINI, 2010).

No que diz respeito à comunicação pública – e esse conceito interessa aqui, a despeito de sua polissemia, porque se trata de uma comunicação que nasce em uma política pública – ela é entendida inicialmente a partir das discussões propostas por Weber (2007 e 2009), Weber e Baldissera (2008) e Brandão (2009) como a comunicação norteada pelo interesse público, contemplando um conjunto de requisitos que possibilitem aos cidadãos, entre outros pontos, o conhecimento das questões, o diálogo entre os diferentes e reserve a possibilidade de intervir nas decisões que lhes dizem respeito. Há nesta percepção uma tensão natural decorrente da dependência conceitual à tipificação de interesse público como dado e não como objeto de disputa política. Nesse sentido, entende-se que do ponto de vista conceitual (e, portanto, naturalmente idealizado), o interesse público somente pode ser definido como o *output* de um debate público, considerando condições mínimas como as propostas por Mansbridge *et. al.* (2010)⁹.

No que interessa ao trabalho, resulta dessa literatura uma dificuldade na tipificação do que seria comunicação pública e privada

⁹ Mansbridge *et. al.* (2010), ao procurarem reformular o ideal deliberativo habermasiano, reconhecem a existência e incorporam ao modelo a possibilidade de aceitar nos processos de busca do bem comum o interesse pessoal e o poder e, também, formas de deliberação que tradicionalmente não são aceitas como deliberativas, mas que se configuram enquanto negociações legítimas ou justas, em que o interesse pessoal, inclusive material, é sempre devidamente claro e constrangido, mas incorporado à negociação. Além disso, se reconhecem as assimetrias de poder, que também são incorporados à negociação, mas desde que se expressem em formas não coercitivas, tais como as ameaças de sanções e o uso da força. Assim, podem ser aceitas como deliberativas negociações como convergência de interesses, acordos incompletamente teorizados, negociações integrativas e, em alguns casos, até mesmo a votação e a negociação entre antagonistas, desde que justificadas por procedimentos deliberativos.

quando organizações do campo público produzem comunicação que pode ter um viés não público e organizações do campo privado produzem comunicação que pode ter viés público. Ocorre que a tipificação da comunicação pode iniciar nesta dimensão, inerente à natureza das organizações, mas não se esgota nela, na mesma linha das considerações feitas sobre interesse público. O que se propõe é considerar esta variável como condição necessária mas não suficiente para definir se a comunicação produzida por cada organização em torno de um contencioso, sobre cada temática, em cada momento no tempo é de natureza pública ou privada, no sentido de que cada uma delas pode convergir ou divergir de um interesse público que, na perspectiva adotada, não é dado de antemão, sequer pelo Estado, mas resulta das dinâmicas do próprio debate público. Assim, a partir das condições de entrada de cada organização em um debate específico, marcadas evidentemente pela natureza das organizações e sua estratégia mais ampla, a tipificação como mais voltada ao interesse público ou privado seria possível de se observar nas sucessivas rodadas de comunicação de cada organização, se convergem ou são refratárias as demais posições sobre o interesse público que se constrói no próprio debate público.

De certo modo esta percepção se aproxima da saída apontada por Gomes (2010) para esse impasse, quando propôs retirar a discussão em torno do emissor e discutir a comunicação pública no jogo político, entendendo como tal as iniciativas de comunicação com a proposta de empoderar a sociedade, de fortalecer as lutas do cidadão pela definição coletiva do interesse do Estado e da sociedade. Em uma perspectiva semelhante, Maia (2010) entende a comunicação pública como a que esta entre o Estado, a sociedade civil e o mercado, propondo uma reflexão em que visão estratégica e alto interesse dos atores não seriam características suficientes para descartar a possibilidade de uma comunicação pública e podem contribuir para uma noção de bem comum, uma vez que mais sinceridade (das próprias posições) pode gerar responsividade e *accountability* discursiva.

A compreensão da comunicação das organizações é tratada a partir das distintas percepções de comunicação pública e estratégica, decorrentes de uma tentativa de aproximação do campo da comunicação organizacional de teorias que reivindicam posições mais transparentes desses atores, quer seja dentro do próprio campo (KUNSCH, 2001; DEETZ, 2005), mas também fora dele, como na teoria da esfera pública. O ponto chave no debate é se a comunicação de uma organização é ou pode em algum grau ser pública (no sentido de interesse público aqui trabalhado, como resultado de debate público e não como uma característica determinada *ex-ante*), considerando-se os limites impostos por sua própria natureza.

Por fim, no caso da comunicação midiática, além das relações intrínsecas estabelecidas no âmbito da própria teoria da esfera pública, acolhem-se, entre outros autores, as contribuições específicas de Esteves (2003 e 2007), Gomes e Maia (2008) e Maia (2008) de que os mídia

constituem-se em uma esfera de debate própria e tem potencial para amplificar o debate público. Embora reconheça esse potencial, adota-se uma perspectiva crítica aos media, uma vez que ele pode ou não se realizar, sobretudo em decorrência de sua estrutura de mercado, padrão de concorrência, relações e condições de produção.

Atores e comunicação em disputa

A partir de uma matriz societal habermasiana e de uma perspectiva deliberativa da democracia (HABERMAS, 1995 e 1997)¹⁰, no caso estudado foram inicialmente identificadas as organizações do Estado, do mercado, da sociedade civil e da esfera midiática que se envolveram diretamente nos contenciosos em torno da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó, bem como seus poderes e campos de ação, conforme já descrito por Locatelli (2009). A partir dessa taxonomia, procedeu-se a análise da comunicação desenvolvida por essas organizações.

A análise do material de comunicação produzido pelos atores sociais citados a seguir permitiu identificar duas matrizes cognitivas mais consistentes, com enquadramentos e argumentos específicos: uma denominada “desenvolvimentista”¹¹, gerada na comunicação da Foz do Chapecó Energia, que sempre vê como positiva a implantação da usina, independentemente da situação e do tema; e outra “crítica”¹², gerada na comunicação do MAB, construída a partir da perspectiva que a usina traz prejuízos nas áreas social, ambiental e econômica. Os demais atores, inclusive organizações do Estado, por conta dos posicionamentos políticos nos próprios contenciosos, tendem a aderir integral ou parcialmente aos enquadramentos e argumentos de uma ou outra matriz, assumindo-a e replicando-a em seus próprios discursos.

¹⁰ Considera-se aqui que na passagem de uma dimensão estritamente teórica e supostamente idealizada da sociedade e do comportamento humano para uma dimensão prática, política e real da sociedade e do comportamento humano residem muitas críticas ao modelo de Habermas. Entre eles pode-se destacar o debate sobre a própria existência de uma esfera pública nos moldes pensados por Habermas, com historiadores como David Zaret, Keith Michel Baker e Michael Schudson; sobre o papel dos media enquanto causa de declínio ou elemento definidor da esfera pública, com Craig Calhoun e Dominique Wolton; sobre as críticas feministas à concepção habermasiana de esfera pública, especialmente com Nancy Fraser, e as reservas de Seyla Benhabib, sobretudo quanto ao princípio da universalidade e a distinção entre o público e o privado em que se baseia a própria ética discursiva (SILVA, 2002).

¹¹ Taxonomia inspirada em uma visão específica do desenvolvimento econômico – o desenvolvimentismo – entendida como a mais consistente ideologia de Estado no Brasil, transversal a todos regimes e sistemas políticos desde as primeiras décadas do século XX (BIELSCHOVSKY, 1996).

¹² Taxonomia com inspiração na proposta de análise de discurso crítico de Fairclough (2008, p. 28), onde crítico implica em “mostrar conexões de causa que estão ocultas: implica intervenção – por exemplo, fornecendo recursos por meio da mudança para aqueles que possam encontrar-se em desvantagem”.

As principais conclusões sobre quais organizações participaram dessas disputas e as características de sua comunicação estão descritas a seguir:

Organizações do Estado: Observou-se um comportamento heterogêneo em suas dimensões federal, estadual e municipal. O governo federal participou por meio de diversas organizações, em intensidades e tempos distintos. Destacam-se, dentre estes, o Ibama (o órgão licenciador, o dono das “regras do jogo”) por sua presença permanente – embora distante – e o Ministério de Minas e Energia (o órgão político, que entrou em ação em caso de conflitos não resolvidos localmente entre o concessionário e a sociedade civil).

De outro modo, sem qualquer poder sobre o processo, os governos e as assembleias legislativas estaduais, prefeituras e câmaras de vereadores tenderam preferencialmente – a despeito de vozes contrárias, sobretudo nos legislativos – a comportar-se como atores preocupados em canalizar demandas ao governo federal e ao concessionário, de modo a obterem o maior benefício possível para grupos específicos, seus estados e municípios em troca do apoio à obra. A comunicação do Estado se assentou em uma matriz cognitiva desenvolvimentista, a despeito de seus impactos locais: naturalizou e dissolveu as perdas socioambientais provocadas pela usina em nome do desenvolvimento nacional e das compensações e ganhos econômicos regionais. Ao distanciamento político e administrativo correspondeu um distanciamento comunicativo, expresso pela preferência por uma comunicação de visibilidade restrita, ausência de discussão e *accountability* superficial e funcional, ligada aos atos administrativos de cada organização e não aos conteúdos das temáticas em que estava envolvida.

Organizações do mercado: Embora tenham participado da obra grandes empresas envolvidas com a construção e pequenas empresas locais fornecedoras de insumos e mão-de-obra, destaca-se nessa esfera a Foz do Chapecó Energia, detentora da concessão pública, responsável pela implantação da barragem, pelo remanejamento da população atingida e pelas compensações ambientais e aos municípios, entre outras atribuições legais.

Quer por exigência legal ou estratégia da organização, a comunicação da Foz do Chapecó Energia foi muito superior a dos demais atores, com uma estrutura profissional e técnica, diversidade de produtos e processos em condições de informar a toda a população afetada e até mesmo competir com a própria estrutura da mídia. Assentada em uma matriz cognitiva desenvolvimentista, a FCE produziu uma comunicação eficaz do ponto de vista estratégico (considerando seus objetivos de construir a obra nos custos e prazos previstos), com alta visibilidade de algumas de suas próprias ações, marcada pela ausência de debate e níveis de *accountability* cuidadosamente selecionados. A opção pela comunicação dirigida, sobretudo à reunião (mais de cinco mil realizadas), se, de um lado, ampliou o potencial de diálogo com a população e seus

representantes, de outro, revelou a preferência por uma comunicação direta, em pequenos grupos e naturalmente assimétrica em termos de poder. A preferência por ambientes controlados e sem debate foi reforçada face à tendência dos dirigentes da empresa em se ausentar de reuniões e audiências não-obrigatórias sobre as quais não tinham controle da pauta e da mesa, mesmo quando convocadas ou mediadas por organizações como a Polícia Militar e o Ministério Público Federal.

Organizações da sociedade civil: Observou-se uma grande fragmentação de organizações que, de alguma forma, interagiram nas redes que se construíram em torno da obra – desde igrejas a clubes de mães – destacando-se o MAB, organização de alcance nacional, que manteve um escritório local e reivindicou o monopólio da representação dos atingidos.

De parte da sociedade civil, houve baixa capacidade de produzir comunicação. Afora o MAB, única organização a produzi-la de forma sistemática, os demais atores tenderam a atuar como *free-riders* na comunicação do concessionário e da mídia. A comunicação do MAB foi limitada por falta de recursos e de profissionais de comunicação, mas ofereceu, por meio de programas de rádio, folhetos e, especialmente, releases, um discurso que contrastou com os oferecidos pelo Estado e o concessionário. Sua matriz cognitiva crítica (embora não mais contrária à obra) defendeu que a usina significava prejuízos em diversas nas áreas, centrando-se preferencialmente, em temas que minimizavam as perdas dos atingidos (e, marginalmente, do meio ambiente) e maximizavam as compensações financeiras do concessionário aos atingidos, ao ambiente e aos municípios. Apesar das limitações e do alcance, e com a restrição de atacar permanentemente a FCE e outras formas de representação dos atingidos que considerava ilegítimas, a comunicação do MAB foi a única que sistematicamente deu visibilidade às questões tratadas parcialmente e omitidas pela FCE e pelo Estado.

Organizações da mídia: Embora os veículos que se envolveram tivessem potencial para apresentar os enquadramentos e argumentos dos distintos atores envolvidos, além de seus próprios, em decorrência de complexas relações políticas, econômicas e ideológicas, isso não ocorreu. No período estudado, veículos estaduais e nacionais trataram esporadicamente do assunto. A cobertura foi feita quase que exclusivamente por veículos regionais. A *accountability* esperada dos mídias – no mínimo referente a sua capacidade de perceber problemas – não ocorreu ou ocorreu em níveis muito baixos. Registrou-se uma elevada relação (superior a 75%) entre as matérias publicadas nos jornais e na televisão e os releases produzidos pelo concessionário e seus contratados.

Assimetrias comunicativas e democracia

No centro da assimetria comunicativa que favoreceu o concessionário estão várias questões concernentes à transferência da

concessão pública para a esfera privada. Nos modelos do setor elétrico configurados após 1994, a maior parte das situações que afetam o cidadão migra do sistema estatal e da esfera de decisão política para o sistema mercado, sem levar consigo os requisitos inerentes a um bem público, tais como a transparência, a *accountability* e a participação. Além da adoção abrupta da lógica privada sobre o que antes era público, quando o Estado geria diretamente os empreendimentos a esfera civil tinha desenvolvido meios, mesmo que insuficientes e ineficientes, para que seus fluxos de opiniões e decisões atingissem a esfera pública e a esfera de decisão política. No limite, na situação estudada, observou-se que em alguns casos não havia a quem ou a que recorrer, pois, mesmo em situações de conflito físico e moral, o sistema estatal e a esfera da decisão política (que concebeu o processo e concedeu legitimidade ao concessionário privado) afirmavam que nada podiam fazer e tendiam a atuar apenas como mediadores, sendo que em geral a moeda de compensação eram benefícios de outras políticas públicas (LOCATELLI, 2011).

Além de insuficiências na legislação, sobre como deve ser e a quem deve atender a comunicação derivada de concessão pública, as diferentes potências e sentidos da comunicação dos atores analisados parecem proporcionais aos poderes (político, econômico, cognitivo, etc.) que elas efetivamente têm nas questões em disputa. A comunicação foi, ao mesmo tempo, expressão e instrumento desse poder.

Mesmo assim, observou-se que diante da incompletude e indefinições dos termos do EIA-Rima e do PBA, havia espaços potenciais para a participação dos cidadãos na definição de problemas e nas soluções durante o próprio processo, tanto do ponto de vista individual quanto coletivo. Em outras palavras, o acesso permanente aos documentos que balizaram as “regras do jogo” e às informações sobre todos os processos poderiam ampliar o potencial do cidadão compreender que todas as questões em torno da implantação da usina não estavam dadas, havia espaço para questioná-las, introduzir novos temas e pontos de vista, disputar politicamente seus conceitos centrais (como o de atingido, de área atingida, patrimônio imaterial, etc.) e reivindicar a participação na construção das soluções.

Esse acesso, entretanto, não era preferencial para o Estado e o concessionário, diante da evidente tendência a um “secretismo estratégico” (GONÇALVES, 2001), quer pelo próprio desenho institucional e as condições em que a comunicação havia sido gerada por essas organizações (que sugeriu em seus conteúdos e suportes a individualização dos discursos e das demandas, mas ao mesmo tempo foi incapaz de supri-las), quer pelo distanciamento físico da informação da realidade dos cidadãos por práticas de omissão, dispersão, fragmentação e individualização das informações (LOCATELLI e WEBER, 2011).

O que se enfatiza é uma situação que varia entre o monopólio e o oligopólio da informação em torno da usina, no sentido de que somente algumas organizações do Estado – uma em particular, o Ibama – e

somente uma organização do mercado – o concessionário – detinham as principais informações que configuravam e alimentavam as relações entre todas as organizações, a mídia e os atingidos, numa situação em que a oferta pré-estruturava permanentemente a própria demanda e reduzia o intervalo das informações disponíveis e necessárias nos momentos em que eram efetivamente necessárias.

Concluindo, a comunicação revelou-se elemento central e constitutivo das negociações sobre o espaço a ser ocupado pelas barragens e fator estratégico nas relações entre moradores, entidades de representação, organizações, empresas e órgãos governamentais. Do ponto de vista da produção e do uso da comunicação pelos atores envolvidos nas disputas, a aceitação dessa evidência requer a superação do entendimento legal-funcional de que a comunicação é estanque, um instrumento em separado nos processos sociais e, simultaneamente, causa, meio e solução de conflitos sociais que emergem, tal como transparece na visão de agências multilaterais e do próprio Estado (WORLD COMMISSION ON DAMS, 2000; BANCO MUNDIAL, 2008; MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, 2008). Dependendo de sua natureza e intensidade, se voltada mais para o interesse público ou privado, a comunicação pode deslocar os atores para distintas posições, que vão do maior controle do Estado e do concessionário a maior participação da sociedade civil nas decisões cotidianas do projeto que afetam as pessoas e o ambiente. E parece estar nos espaços criados por essa comunicação que se situam, entre outros pontos, as opções de acesso à informação e participação na esfera pública e midiática, por meio da qual opera a própria representação dos grupos se materializam os contenciosos entre os distintos atores sociais e se constroem ou não espaços para a participação e avanços democráticos.

Como a usina Foz do Chapecó foi construída nos prazos e custos previstos no projeto, a despeito das mobilizações da sociedade civil, se teórica e empiricamente déficits de democracia em termos de informação trazem prejuízos às pessoas, talvez seja preciso pensar pelo avesso: apesar disso, mesmo distorcido e com um evidente *gap* quando comparado a uma situação teórica ideal de debate público, tal qual a utilizada neste trabalho, o modelo em vigor parece capaz de obter um grau de consenso social suficiente para atender às preferências do Estado (a construção da usina para atender ao interesse nacional), do empreendedor (construir nos custos e prazos previstos), da maioria das pessoas oficialmente reconhecidas enquanto diretamente atingidas (por indenização justa) e dos municípios (pelas compensações e pagamento de royalties).

Então todos ganharam? Não. Visivelmente ficaram de fora os atingidos que não conseguiram comprovar documentalmente que viviam na ou da área alagada (cerca de 300 famílias, segundo o MAB). Depois, já mais nubladas, ficaram as perdas de pessoas que se está tipificando agora como atingidos indiretos, cidadãos que tiveram prejuízos por lucros cessantes (redes de produção interrompidas pelo reservatório, pequenos

comerciantes, pescadores de montante etc.). Para além da financeirização da questão, estão as perdas das relações sociais (comunidades dissolvidas, famílias separadas, amizades interrompidas) e, por último, e talvez mais graves e menos informadas, comunicadas e debatidas, as perdas difusas de todos, inclusive dos não atingidos: perdas de patrimônio imaterial (visível pela súbita supressão da memória coletiva) e da qualidade do meio ambiente (visível pela transformação do Rio Uruguai em uma cascata de usinas).

Como aponta Kanbur (2003), nessas situações há de certa forma uma tendência de concentração analítica sobre a condição dos “perdedores” justamente pelo impacto sobre suas vidas e o ambiente. Mas diante dos planos do Estado para o setor de energia, talvez seja mais produtivo do ponto de vista da compreensão dessas dinâmicas olhar para os vencedores: quem são, o que fazem, como fazem e por que fazem.

Carlos Locatelli é professor do Departamento de Jornalismo da UFSC, Mestre em Economia (PPGECO/UFSC), Doutor em Comunicação e Informação (PPGCOM/UFRGS).
E-mail: locatelli.jor@gmail.com

Referências

ABUD, S. Mariano; LOPÉS, M. Itaipu Binacional: an important factor of regional development. In: BERGA, Luis *et. al.* (Eds). *Dams and Reservoirs, Societies and Environment in the 21st Century*. London: Taylor & Francis Group, 2006. p. 325-330.

ARROJO A., Pedro. El valor económico del agua. *Afers Internacionals*, Barcelona, n. 45-46, p. 145-167, 1999.

BANCO MUNDIAL. Licenciamento ambiental de empreendimentos hidrelétricos no Brasil: uma contribuição para o debate. *Anexos Técnicos*. 2008. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTLACBRAZILINPOR/Resources/Brazil_anexos_tecnicos_eMarch2008.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2009.

BERGA, Luis *et. al.* (Eds). *Dams and Reservoirs, Societies and Environment in the 21st Century*. London: Taylor & Francis Group, 2006.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: O ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BIROL, Fatih. Energy Economics: A Place for Energy Poverty in the Agenda? *The Energy Journal*, Toronto, v. 28, n. 3, p. 1-7, 2007.

BLANC, Nathalie; BONIN, Sophie (Orgs.). *Grands barrages et habitants: Les risques sociaux du developpement*. Paris: Éditions Quae, 2008.

BOUBÉE, D. Social acceptability of dams: Lessons learnt by a builder and manager of reservoirs in France. In: BERGA, Luis *et. al.* *Dams and Reservoirs, Societies and Environment in the 21st Century*. London: Taylor & Francis Group, 2006. p. 1321-1326.

BRANDÃO, Elizabeth P. Conceito de comunicação pública. In: Duarte, Jorge (Org.). *Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público*. São Paulo: Atlas, 2009. p. 1-33.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. *Plano Nacional de Energia 2030* / Ministério de Minas e Energia; colaboração Empresa de Pesquisa Energética. Brasília: MME, EPE, 2008.

_____. Ministério de Minas e Energia. *Plano Decenal de Energia 2011-2020* / Ministério de Minas e Energia; colaboração Empresa de Pesquisa Energética. 2011. Disponível em: <www.epe.gov.br>. Acesso em: 05 jun. 2011.

CARVALHO, Guilherme. Hidrelétricas do Rio Madeira: as disputas em torno de dois mega-empresendimentos na Amazônia. *Revista Proposta FASE*, Rio de Janeiro, n. 114, out.-dez. 2007.

CIFRÉS, E. General Report – Session II. In: BERGA *et. al.* (Eds). *Dams and Reservoirs, Societies and Environment in the 21st Century*. London: Taylor & Francis Group, 2006. p. 245-258.

DEETZ, Stanley. *Stakeholder Engagement, Corporate Governance, and Communication*. Present at the Governance without Government: New Forms of Governance in the Knowledge Economy Conference. Cardiff, 12 maio 2005. Disponível em: <<http://comm.colorado.edu/~deetz/research-keynote.html>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

ESTEVES, João José Pissarra Nunes. *Espaço público e democracia: comunicação, processo de sentido e identidade social*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2003.

_____. *A ética da comunicação e os media modernos: Legitimidade e poder nas sociedades complexas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Ed.UnB, 2008.

FARIA, Ivan Dutra. *O Descompasso e o Piroscópio: uma análise dos conflitos sócioambientais do projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte*. 2004. 420f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

FIGUEIREDO, Isabella Lira. *Comunicação como instrumento de gestão ambiental: a participação social nos processos de licenciamento ambiental do setor elétrico*. 2002. 146 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Departamento de Análise Ambiental, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2002.

GALHARDO, Camila Rocha. *O licenciamento ambiental de PCH e a comunicação social: análise dos estudos de caso de Funil e Carangola*. 2007. 145 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Energia) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Energia, Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, 2007.

GOMES, Wilson. Painel Comunicação de Interesse Público entre o Estado, Mercado e Sociedade. In: *Congresso da ABRAPCORP*, 4., Porto Alegre, 2010

GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M. *Comunicação e democracia: problemas e perspectiva*. São Paulo: Paulus, 2008.

GONÇALVES, Maria Eduarda. *O caso de Foz Côa: um laboratório de análise sociopolítica*. Lisboa: Edições 70, 2001.

GUICHENEY, Hellen. *Deliberação e problematização socioambiental em torno da PCH-Aiuruoca: a constituição política da categoria de atingidos*. 2008. 166 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

GUO, Zhongwei et. al. Hydroelectricity production and forest conservation in watersheds. *Ecological Applications*, Washington, D.C., v. 17, n. 6, p. 1557-1562, sept. 2007.

HABERMAS, Jurgen. Três modelos normativos de democracia. *Lua Nova*, São Paulo, n. 36, p. 39-53, 1995.

_____. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HASS, Monica; ALDANA, Myrian; AMPOLINI, Gerson. A legitimidade das audiências públicas dos processos de licenciamentos ambientais da Usina

Hidrelétrica Foz do Chapecó. In: *Encontro Latino-Americano de Ciências Sociais e Barragens*, 3., Belém, 2010.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Infraestrutura econômica no Brasil: diagnósticos e perspectivas para 2025*. Brasília: IPEA, 2010.

KANBUR, Ravi. Économie du développement et principe de compensation. *Revue internationale des sciences sociales*, Paris, n. 175, p. 29-38, 2003.

KHAGRAM, Sanjeev. *Dams and Development: transnational struggles for water and power*. New York: Cornell University Press, 2004.

KOIFMAN, Sergio. Geração e transmissão da energia elétrica: impacto sobre os povos indígenas no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 413-423, mar.-abr. 2001.

KUNSCH, Margarida M. Krohling (Org.). *Comunicação Pública, Sociedade e Cidadania*. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2001.

LOCATELLI, Carlos. A comunicação do estado, do mercado e da sociedade civil em torno da usina hidrelétrica Foz do Chapecó. In: *COMPOLÍTICA*, 3., São Paulo, 2009. Disponível em <http://www.pucsp.br/compolitica/interna/s/pdfs/carlos_locatelli.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2010.

_____. *Comunicação e barragens: O poder da comunicação das organizações e da mídia na implantação da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó (Brasil)*. 2011. 423 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação), Faculdade de Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

LOCATELLI, Carlos; WEBER, Maria Helena. Comunicação, política e constrangimentos no acesso a informações na construção de barragens no Brasil. In: *COMPÓS*, 20., Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/pagina.php?menu=16&mmenu=6&gm=int&gi=arqul&ordem=3&grupo1=9D>> Acesso em: 12 jun. 2011.

MAIA, Rousiley (Coord.). *Mídia e deliberação*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

_____. Debates públicos na mídia: enquadramentos e troca pública de razões. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 2, p. 303-340, jul.-dez. 2009.

_____. Mesa redonda Comunicação de Interesse Público entre o Estado, Mercado e Sociedade. In: *Congresso da ABRAPCORP*, 4., Porto Alegre, 2010.

MANSBRIDGE, Jane *et. al.* The Place of Self-Interest and the Role of Power in Deliberative Democracy. *The Journal of Political Philosophy*, Malden, v. 18, n. 1, p. 64-100, mar. 2010.

MARQUES, Cristiane Peres Bergamini. *O setor elétrico brasileiro e a mídia impressa (jornais): um estudo da participação da opinião pública na definição de empreendimentos energéticos*. 2006. 120 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento de Sistemas Energéticos) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento de Sistemas Energéticos, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

MCCULLY, Patrick. *Silenced rivers: the ecology and politics of large dams*. London: Zed. Books, 2001.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD): proposta para regulamentar a elaboração e aplicação de cadastros socioeconômicos, no âmbito do licenciamento de empreendimentos hidrelétricos e do processo de desapropriação para fins de utilidade pública. 2008. (Documento Interno).

SANTOS, Sílvia Coelho dos. Hidrelétricas e suas consequências socioambientais. In: VERDUM, Ricardo (Org.). *Integração, usinas hidrelétricas e impactos socioambientais*. Brasília: INESC, 2007. p. 41-56.

SANTOS, Sônia M. S. B. M.; HERNANDEZ, Francisco del Moral (Orgs). *Painel de especialistas: análise crítica do estudo de impacto ambiental do aproveitamento hidrelétrico de Belo Monte*. Belém, 29 out. 2009. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Belo_Monte_Painel_especialistas_EIA.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2010.

SEVÁ FILHO, A. Oswaldo. Prevalecerão a Ética e a Lógica? Razões para ser bloqueado juridicamente o processo de licenciamento do projeto de hidrelétrica Belo Monte, ora em curso perante o Ibama. In: SANTOS, Sônia M. S. B. M.; HERNANDEZ, Francisco del Moral (Orgs). *Painel de especialistas: análise crítica do estudo de impacto ambiental do aproveitamento hidrelétrico de Belo Monte*. Belém, 2009. p. 129-132. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Belo_Monte_Painel_especialistas_EIA.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2010.

TADA, T.; HAGIWARA, T. Macroeconomics effects of a dam project in a developing country. In: BERGA, Luis *et. al.* (Eds). *Dams and Reservoirs, Societies and Environment in the 21st Century*. London: Taylor & Francis Group, 2006. p. 259-266.

WEBER, Maria H. Na comunicação pública, a captura do voto. *Logos: Comunicação & Universidade*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 27, p. 21-42, 2. sem. 2007.

_____. Comunicação organizacional, a síntese: relações públicas, a gestão estratégica. *Organicom* (USP), São Paulo, v. 6, n. 10-11, p. 70-75, 2009.

WEBER, Maria H.; BALDISSERA, Rudimar. O desmanche do público e do privado na mediatização da crise aérea brasileira (2006/2007). *Intexto*, Porto Alegre, v. 2, n. 19, p. 1-25, jul.-dez. 2008.

WORLD COMMISSION ON DAMS. Relatório da Comissão Mundial de Barragens. *Barragens e desenvolvimento: um novo modelo para tomada de decisões*. 2000. Disponível em: <http://www.fboms.org.br/old/doc/resumo_barragens.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2009.

Texto recebido em 30/04/2012.

Aprovado em 19/07/2012.